

Artigo Original

“Eu gestei e pari a mim mesma”: história oral temática da constituição e do desejo do papel ocupacional materno de mulheres trans e travestis

“I gestated and gave birth to myself”: a thematic oral history of the constitution of and desire for the maternal occupational role among trans women and travestis

Maria Luisa de Sá Peregrino Arrais^a , Cíntia de Oliveira Castelo Branco Sales^a ,
Caroline Cavalcante Vidal^a , Gersiane Tereza Maria Silva Ferreira^a ,
Thaislane Costa dos Santos^a 

^aUniversidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, PE, Brasil.

Como citar: Arrais, M. L. S. P., Sales, C. O. C. B., Vidal, C. C., Ferreira, G. T. M. S., & Santos, T. C. (2026). “Eu gestei e pari a mim mesma”: história oral temática da constituição e do desejo do papel ocupacional materno de mulheres trans e travestis. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 34, e4290. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.cto432142901>

Resumo

Introdução: O gênero e a sexualidade têm sido debatidos em âmbito social, científico, jurídico e em outras esferas. É por meio do envolvimento nas ocupações humanas que as relações de gênero se materializam, determinando quem pode se envolver ocupacionalmente e como isso deve ocorrer nos papéis assumidos.

Objetivo: Compreender a constituição e significados do desejo ocupacional materno na perspectiva de mulheres trans e travestis. **Método:** Com base na história oral temática, a coleta de dados foi realizada entre os meses de junho e agosto de 2023 com a participação de oito colaboradoras, mulheres trans e travestis, com idades entre 24 e 30 anos. Para este artigo, utilizou-se a estratégia de bola de neve e foram articuladas entrevistas semiestruturadas, em um único encontro virtual com cada colaboradora. **Resultados:** Regina, Júlia, Medusa, Jéssica, Melissa, Malu, Pandora e Sol são as colaboradoras apresentadas neste artigo, que delineiam caminhos por meio de três eixos temáticos articulados. Surge, primeiramente, o eixo das concepções hegemônicas sociais do papel ocupacional materno de mulheres trans e travestis; o segundo eixo foi caracterizado pela constituição e significados

Recebido em Nov. 20, 2025; 1ª Revisão em Jan. 25, 2026; Aceito em Mar. 16, 2026.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

do desejo ocupacional materno de mulheres trans e travestis. Por último, tem-se o eixo das possíveis viabilidades na realização do desejo do papel ocupacional materno. **Conclusão:** A ação terapêutica ocupacional pode ser assumida na promoção e emancipação do papel ocupacional materno, direcionando, lidando e transformando narrativas moldadas de forma desigual e violada.

Palavras-chave: Identidade de Gênero, Pessoas Transgênero, Terapia Ocupacional, Saúde da Mulher.

Abstract

Introduction: Gender and sexuality have been widely debated in social, scientific, legal, and other spheres. It is through engagement in human occupations that gender relations take material form, shaping who can engage occupationally and how such engagement is expected to occur within assumed roles. **Objective:** To understand the constitution of and meanings attributed to maternal occupational desire from the perspective of trans women and *travestis*. **Method:** This study was based on thematic oral history. Data were collected between June and August 2023 with eight collaborators, trans women and *travestis* between 24 and 30 years of age. Snowball sampling was used, and semi-structured interviews were conducted in a single virtual meeting with each collaborator. **Results:** Regina, Júlia, Medusa, Jéssica, Melissa, Malu, Pandora, and Sol are the collaborators featured in this article, and their accounts outline pathways across three interconnected thematic axes. The first concerns hegemonic social conceptions of the maternal occupational role of trans women and travestis. The second addresses the constitution of and meanings attributed to maternal *occupational* desire among trans women and *travestis*. The third concerns possible ways of realizing the desire for the maternal occupational role. **Conclusion:** Occupational-therapeutic action can contribute to the promotion and emancipation of the maternal occupational role by guiding, addressing, and transforming narratives shaped by inequality and violation.

Keywords: Gender Identity, Transgender Persons, Occupational Therapy, Women's Health.

Introdução

A pesquisa que deu fruto a esse artigo decorreu de discussões traçadas e caminhos percorridos na experiência profissional a partir do Programa de Residência Multiprofissional do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, com foco em Saúde da Mulher. O programa propõe a prática do cuidado à mulher, contudo, enquanto o principal recorte se dá no papel ocupacional materno de mulheres cisgênero durante o ciclo gravídico-puerperal, há uma lacuna relacionada à assistência ao papel ocupacional materno de mulheres trans e travestis.

Neste artigo, procuramos explicar, na mediação dos discursos, principalmente, a construção do desejo do papel ocupacional materno na trajetória de vida de mulheres trans e travestis. Neste espaço, esclarecemos que o termo ‘desejo ocupacional materno’ é adotado no artigo para falar sobre o desejo de mulheres trans e travestis de desempenharem papéis, ocupações e atividades associadas à maternagem e parentalidade. Acrescentamos, ainda, que a escolha dessa terminologia se fundamentará nas referências da Terapia Ocupacional Social no correr das aproximações teóricas.

Surge, em alguns momentos do texto, o debate acerca dos processos de marginalização, invisibilidade e violências que incidem sobre as possibilidades concretas de ser e estar no mundo – até mesmo, situações que não são e não podem ser separadas das diversas tessituras sociais nas quais as colaboradoras estão imersas. Sobretudo, buscamos cultivar espaço para as representações das possibilidades ocupacionais maternas que fazem parte da experiência de vida.

Aproximações teóricas

Gênero e sexualidade têm sido debatidos em âmbito social, científico, jurídico e em outras esferas, visto que são temas emergentes em tramas que se articulam e produzem movimentos de transformação, desdobrando-se em variadas formas de construir relações, práticas cotidianas e direitos.

Historicamente, o conceito de gênero vem sendo moldado a partir das organizações sociais que decorrem de contingências acerca de normas, padrões, percepções e relações de poder que entrelaçam a vida dos sujeitos. Na perspectiva patriarcal, a construção do gênero define o que se espera ser apropriado para o masculino e o feminino, limitando e dividindo a estrutura social nas diferentes regras, comportamentos, responsabilidades e papéis atribuídos ao sexo biológico (Butler, 2000; Correia et al., 2020; Sarmiento et al., 2018).

Butler (2014), em seu livro 'Problemas de gênero', destaca a ideia de que o sexo e o gênero são construídos socialmente. Sendo assim, o sujeito é educado para que a "performance do corpo" se institua na transformação em homem ou em mulher.

Segundo essa autora (Butler, 2014, 2000), a categoria "sexo" é normativa, sendo prática regulatória, através da reiteração forçada das normas sociais hegemônicas. Já o gênero é uma estilização repetida do corpo, a partir de normas instituídas até serem tomadas como naturais, diferindo-se do sexo à medida que sofre influência e depende das construções. Ao se categorizar corpos diante da binaridade, definida pela anatomia das genitálias, os sujeitos são direcionados a assumir um padrão cultural vigente, bem como suas práticas e formas de serem inseridos na "normalidade social", cujas premissas presumem a cisheteronormatividade¹.

Consonante ao pensamento de Butler, Bento (2006) agrega que pessoas transgêneros não se reconhecem como sendo do sexo que lhes foi designado ao nascer, subvertendo a norma que contempla o pênis ao masculino e a vulva ao feminino. Louro (2008), em complemento, refere que o que faz um sujeito masculino ou feminino está para além da nomeação corporal recebida no nascimento enquanto macho ou fêmea, na medida em que as ontologias corporais e os discursos que habitam os corpos percorrem os processos definidores de sujeitos "trans" e "cis".

Parte-se do princípio de que o exercício da supremacia masculina dominante reprime práticas sociais que fogem à norma hegemônica. As ocupações humanas estão fundidas na noção binária do masculino e feminino, constituindo uma estrutura politicamente opressora, referente aos processos sócio-históricos que perpassam, entre rupturas e permanências, o cotidiano tensionado nos contextos de dominação e exploração do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo (Aravena-Arroyo et al., 2019; Morrison & Araya, 2018; Silva et al., 2019)

¹ A partir das reflexões propostas por Butler (2014), Foucault (2010) e Vergueiro (2015), a cisheteronormatividade é entendida, neste estudo, por meio do conceito analítico que traduz um posicionamento tido como "normal", de maneira a naturalizar os corpos e a subjetividade para que sejam cisgêneras e heterossexuais – semelhantes ao comportamento e ao ambiente. Em vista disso, tudo que foge à conjuntura cisgênera e heterossexual, torna-se censurável, alvo de um conjunto de punições por parte das instituições sociais e de (re)produções que garantem a permanência dos padrões.

Ancorada em um campo que contribui para a transformação do cotidiano, surge na terapia ocupacional, portanto, a necessidade de desnaturalizar e questionar as lógicas binárias, de modo a transpor os papéis definidos a partir da cisheteronormatividade, que influenciam diretamente na forma como as pessoas se ocupam (Morrison & Araya, 2018).

É por meio do envolvimento nas ocupações humanas que as relações de gênero se materializam, sendo pautadas através dos constructos sociais e valores tradicionais, atreladas, assim, ao padrão normativo de gênero e de sexualidade. Por consequência, os múltiplos espaços sociais fortalecem as opressões oriundas do patriarcado, observadas no cotidiano, cenário no qual a práxis pode ser mediada, significada e ressignificada (Costa et al., 2022; Sarmiento et al., 2018).

Entende-se, então, que o gênero implica as diversas ocupações desempenhadas pelos sujeitos, determinando quem pode se envolver ocupacionalmente e como isso deve ocorrer nos papéis assumidos. Além disso, exerce influência nas formas pelas quais os sujeitos constroem suas identidades e nas maneiras subjetivas de estarem no mundo (Ambrosio, 2020; Butler, 2014; Correia et al., 2020; Gómez-Antilef et al., 2020).

Diante das diversidades, é preciso reiterar as diferentes possibilidades de ser e pertencer através do envolvimento nas ocupações (Aravena-Arroyo et al., 2019), entre essas, encontram-se o papel ocupacional materno na perspectiva de mulheres trans e travestis.

Segundo Matias & Barone (2019), na sociedade moderna e ocidentalizada, as categorias binárias e excludentes são utilizadas para fins biopolíticos² de controle. Dessa forma, “ser mulher” é atribuído diretamente ao papel sucessivo do cuidado na esfera familiar, de maneira que, essa atividade tida como intrinsecamente feminina relaciona-se a alguns estereótipos de ser mulher e ser mãe, como uma junção desses dois papéis e extensão das dimensões afetivas (Andrade, 2015; Gozzi et al., 2016).

Em considerações à temática da parentalidade, que considera a paternidade e a maternidade, Angonese & Lago (2018, p. 9) expõem algumas concepções da maternidade como condição importante para a feminilidade da mulher cis. Contudo “para as mulheres trans, a maternidade pode se constituir como proibição, parece haver uma ausência, um silenciamento em relação ao tema, como se houvesse um interdito, o que entendemos como ‘esterilização simbólica’ da população trans”.

No estudo de Zambrano (2006), é possível perceber que o discurso da parentalidade expresso pelas mulheres transgênero e travestis estava atrelado ao desejo de serem mães, afirmando-se possuidoras do ‘instinto materno’ culturalmente construído e atribuído às mulheres. Na literatura mais atual, também se coloca que a mulher não é naturalmente mãe, sendo o instinto materno um mito social ou automático pela condição de ser mulher. A maternagem é, então, um processo de construção de uma identidade própria a partir de marcos identitários (Iaconelli, 2019).

Maternidade e parentalidade são termos adotados nesse artigo, sendo possível observá-los como meio de reconhecer e valorizar as múltiplas formas pelas quais essas mulheres experienciam e reivindicam seu direito ao papel materno como dimensão ocupacional que é constituída e permeada por significados e desejos. A maternidade, então, pode ser compreendida como um processo contínuo de cuidado e afeto, que ultrapassa as restrições da reprodução biológica e se configura como expressão identitária, resistente diante das normativas sociais que restringem essa possibilidade a pessoas trans e travestis. A parentalidade, em complemento, refere-se a um conjunto de práticas legais,

² As autoras Matias & Baroni (2019) entendem a biopolítica, à luz do referencial de Butler (2018), como poderes e sistemas governamentais e não governamentais que estabelecem e categorizam quais vidas devem ser valorizadas e protegidas.

educacionais, sociais e, também, de cuidado e afeto que compõem o exercício do papel parental, independentemente da conformidade com padrões cisheteronormativos.

Para além de um sentimento ou intenção, compreendemos o desejo ocupacional materno como uma construção subjetiva e socialmente situada, que expressa a busca por vivenciar o papel de mãe em sua materialidade e afetividade, incluindo práticas de cuidado, vínculo, educação e pertencimento. Essa compreensão está alinhada aos estudos da terapia ocupacional social, que reconhecem as dimensões ocupacionais como legítimas e atravessadas pelas condições históricas, políticas e sociais dos sujeitos (Melo & Lopes, 2023; Leite Junior & Lopes, 2017), assim, é possível ampliar a reflexão para a construção e significados do desejo ocupacional.

Entende-se que pensar sobre o papel ocupacional materno de mulheres trans e travestis é atentar para a multiplicidade e singularidade dos desejos ocupacionais, visibilizando sujeitos, historicamente, postos em locais de abjeção. É refletir, também, sobre a relação dialética coexistente entre o sujeito e a sociedade, sujeito esse capaz de se ocupar livremente (Sarmiento et al., 2018). Diante do exposto, este estudo está baseado no seguinte questionamento: como se constitui e quais os significados do desejo ocupacional materno na trajetória de vida de mulheres trans e travestis?

Desenho da pesquisa

A pesquisa que fundamenta este artigo buscou, inicialmente, revisar na literatura, os marcadores de gênero e sexualidade, associados aos percursos históricos, identificando-se que a maternidade é intrinsecamente atribuída à mulher, enraizada simbolicamente por uma série de discursos e práticas culturais, políticas, econômicas e sociais.

Desse modo, toma-se como objetivo central deste estudo qualitativo compreender a constituição e significados do desejo ocupacional materno na perspectiva de mulheres trans e travestis, com base na história oral temática. A escolha metodológica justifica-se pela busca em caráter social, de narrativas sobre o assunto ou evento definido, pré-estabelecido e central nas histórias de um grupo específico, sendo determinada por um enredo ou fio condutor a fim de responder ao tema proposto (Delgado, 2006; Minayo et al., 2009; Meihy & Holanda, 2020).

Os dados foram coletados entre os meses de junho e agosto de 2023, com a colaboração de oito mulheres trans e travestis, com idades entre 24 e 30 anos, residentes do estado de Pernambuco, tendo suas identidades preservadas e codinomes autoatribuídos. Foram articulados, na perspectiva de um diálogo, após a concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), depoimentos da trajetória, dos desejos e perspectivas pessoais por meio de entrevistas semiestruturadas, a partir de eixos (1. significados do desejo ocupacional materno; 2. construções de gênero e o desejo ocupacional materno; 3. formas de viabilizar a maternidade) e perguntas norteadoras previamente estabelecidas, em um único encontro virtual com cada colaboradora.

Em relação à amostragem desse estudo foi utilizada a estratégia de bola de neve, a partir de informantes chave vinculadas ao Espaço Trans do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco, pela inclusão progressiva. Assim, pela própria indicação de novos contatos com as características desejadas, a partir de seu ciclo social, e assim sucessivamente, prevista pela própria estratégia, 5 das 8 colaboradoras do estudo não eram, até o momento da coleta de dados, assistidas pelo Hospital Universitário.

Para a análise e interpretação dos dados, a pesquisa teve como princípio o processo previsto pela História Oral, facilitando a transmissão mais fidedigna dos significados e

intencões das falas a partir das percepções do entrevistador (Meihy & Holanda, 2020). Posteriormente, foi utilizada a técnica metodológica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (número do parecer: 5.974.968).

Mulheres trans e travestis: narrativas, memórias e trajetórias do desejo ocupacional materno

Regina, Júlia, Medusa, Jéssica, Melissa, Malu, Pandora e Sol são as colaboradoras que fizeram esse estudo ser possível. Vivências que se aproximam na constituição e significados do desejo ocupacional materno, nas violências de gênero e outras categorias sociais, e se distanciam pela complexidade de cada trajetória única e incomparável.

- **Regina** tem 30 anos, é solteira, administradora e reside com o pai e a irmã em um município da zona metropolitana do Recife. A colaboradora relata que desde a infância recebeu forte influência de sua mãe, falecida em 2022, vislumbrando o papel ocupacional materno. Participa de organizações não governamentais (ONG) e ambulatorios trans do estado de Pernambuco, sendo através do convívio com outras mulheres que buscam a maternidade que se deparou com o próprio desejo ocupacional materno, atualmente buscando organizar-se, no sentido financeiro e social, para início do processo de adoção.
- **Júlia**, assim como Regina, tem 30 anos, trabalha com o jogo do bicho³, mora sozinha e recebe menos que um salário mínimo. Ao longo do seu amadurecimento, se viu permeada por diversos questionamentos de pessoas do seu convívio acerca de seus desejos e do seu gênero. Júlia tem sobrinhos de 14 anos, 12 anos e 8 anos, sendo o último o seu afilhado e a figura principal que a fez perceber a existência do amor materno, a partir da colaboração com a sua criação desde ‘novinho’. Hoje em dia, a colaboradora relata que identifica a possibilidade da realização do desejo através de uma maternidade compartilhada e da adoção.
- **Medusa** é solteira, está cursando o ensino superior e trabalha como DJ e modelo. Recebe menos de dois salários mínimos, tem 25 anos e, atualmente, reside com a irmã no interior do estado de Pernambuco. Cresceu em um ambiente amoroso e de cuidados por parte da sua mãe, sua referência de figura materna, percebendo a construção do desejo ocupacional materno durante a adolescência, principalmente após a transição de gênero. Medusa relata ser extremamente afetuosa, e o desejo, para ela, também perpassa esse afeto e ‘esse amor que eu tenho por alguém’, afirmando que fará o possível para que seus desejos se tornem reais através da adoção.
- As violências culturais, a transfobia e a travestifobia, e a luta pelo reconhecimento social de sua identidade político-social feminina transpõem a experiência de **Jéssica**, militante nos movimentos da juventude, movimento de pessoas trans e travestis e no movimento negro. Atualmente tem 27 anos, é solteira, mora com os pais, trabalha com assessoramento de pesquisa. A colaboradora tem grande ‘apreço’ pela adoção, ainda que entenda existir outras formas de exercer o papel ocupacional materno e propõe, em viés político e organizacional, uma rede de mães trans e travestis que articule as experiências e trace estratégias para que outras possam também exercer esse papel.

³ *Jogo do bicho* é uma modalidade informal e ilegal de jogo de azar, semelhante a uma loteria, originada no Brasil no final do século XIX. Apesar de sua condição de ilegalidade, permanece amplamente difundido e culturalmente enraizado em diversas regiões do país.

- **Melissa** tem 24 anos, é professora com pós-graduação em andamento, mora com a avó e cuida dela na capital pernambucana. A colaboradora nos conta uma história diferente, acerca das origens de violências físicas e verbais, tendo, hoje, problemas respiratórios como consequência das ‘*mãozadas*’ que levou nas costas para ‘*virar homem*’ durante a infância. Ainda durante a infância, brincava de boneca escondida de familiares. Fez terapia hormonal, tendo como repercussão a infertilidade e descobrindo-a enquanto estava na tentativa de ter um filho, junto com uma amiga cis e hoje, para ela, o meio mais viável de tornar-se mãe é pela adoção.
- Assim como Melissa, **Malu** reside na zona oeste da capital. É antropóloga, pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), participa de movimentos sociais na frente pelo desencarceramento de pessoas LGBT e é diretora de Políticas LGBT de pós-graduandos na instituição em que faz pós-graduação. Tem 26 anos, é solteira, mas reside com o namorado. Teve sua identidade negada em diferentes fases da vida, mas, desde criança, já se identificava enquanto mulher e no papel de mãe nas brincadeiras, foi após a transição e o início do atual relacionamento que algo ‘acendeu’ e ela começou a refletir sobre o seu desejo materno, desejando a adoção.
- **Pandora** é estudante do ensino superior, tem 26 anos, está em um relacionamento amoroso com um homem trans e também participa da coordenação do movimento LGBT na universidade. Durante sua vida, se viu cercada por mulheres que assumiram o papel ocupacional materno. Para ela, a oportunidade de ter um filho ou filha se constitui na educação de um outro sujeito, diante da real possibilidade de constituição familiar biológica pela dinâmica que desempenha com o parceiro.
- Trabalhadora do sexo, estudante do ensino superior, militante no movimento transfeminista, **Sol** tem 25 anos, cresceu em um ambiente de instabilidades, diante de conflitos da mãe com o parceiro, indo morar com a avó na adolescência. Remodelou e reencontrou sua história em meio a lacunas: “eu gestei e pari a mim mesma”, foi o que ela relatou ao nos contar acerca do seu nome – e da sua identidade, escolhida ainda na infância. O desejo de ser mãe também a acompanha desde então; sonha em ter duas crianças por meio da possibilidade de gerar biologicamente com o seu parceiro (homem trans) ou, em segundo plano, por adoção.

Resultados e Discussão

Os processos de construções históricas são inerentes aos significados, experiências e transformações atreladas às nossas realidades cotidianas. No que compõe os resultados, três eixos temáticos são articulados e, de certa forma, se atravessam na perspectiva da história oral temática. Apresentamos, primeiramente as concepções hegemônicas sociais do papel ocupacional materno de mulheres trans e travestis. Em seguida, a constituição e os significados do desejo ocupacional materno de mulheres trans e travestis e, por último, as possíveis viabilidades na realização do desejo do papel ocupacional materno.

“Como pode alguém que não é mulher exercer uma maternidade?”: (des)construção das concepções hegemônicas sociais

As discussões que permeiam as concepções hegemônicas sociais acerca do desejo ocupacional materno de mulheres trans e travestis adentram a existência da afirmação ou não da feminilidade. A conjuntura estrutural cisheteronormativa toma o corpo da mulher (cis, trans, travesti e de outras identificações de gênero) em busca de justificar o

seu lugar e atributos por uma perspectiva de dominação. À exemplo disso, Medusa faz uma breve pausa na construção da sua narrativa, respira e nos relata:

Querendo ou não, acho que por conta da construção da sociedade em si, faz com que a gente queira também ser mãe. Então essa construção social é, primeiro, como forma de uma ‘afirmação’ de feminilidade (Medusa).

Rousseau, em seus discursos filosóficos, morais e políticos, por volta do século XIX, apoia-se na religião e na responsabilidade feminina pelos cuidados e pela educação com a família para criar um ideal feminino e definir esse papel na família e na sociedade, ainda tomados como referencial contemporâneo (Vieira & Moreira, 2020). Assim, a partir dessa travessia social, seria, então, função e completude da mulher ser ou tornar-se mãe. Esse pensamento, dado e construído de forma arcaica no binarismo, vai ao encontro das experiências e realidades das colaboradoras do estudo.

Eu acho que é praticamente obrigatório (desempenhar o papel ocupacional materno). Porque eu sempre escutei que a pessoa pra ter o objetivo completo, ela tinha que casar, ter filho, e ter filho é algo de muita importância. Sempre me perguntavam se eu ia adotar ou não. Eu até me enchia um pouco com isso, porque isso tinha que ser uma escolha minha e uma vontade minha. Então, eu acho que para a sociedade é praticamente obrigatório (Regina).

Contrapondo Rousseau, as tecnologias de gênero, que são determinantes do fluxo social segundo as normas específicas do binarismo, ficam expressas na passagem acima (Butler, 2014). Para Butler (2014), a cisnormatividade cria postulações a serem obedecidas e produz efeitos nas identidades inteligíveis quanto ao gênero e à sexualidade. A estilização repetida do corpo, a partir de normas instituídas viola todos aqueles que subvertem o padrão cultural vigente.

Nessa direção, Sol delinea o histórico social de estigmas que, segundo ela: “[...] se a gente traz para o ponto de vista medicinal, o desejo de maternar nunca deveria existir em relação a nós pessoas trans, em particular nós mulheres trans e travestis”. O papel ocupacional materno de mulheres trans e travestis é, a todo tempo, tensionado por normas sociais que o definem como um lugar naturalizado e exclusivamente cisgênero. A concepção da colaboradora supracitada volta-se à padronização do gênero, na qual essa dicotomia desqualifica e revela que essas mulheres são sistematicamente excluídas da ideia social de mãe. Validar a violência contra mulheres trans e travestis e excluí-las não ocorre de maneira isolada, mas está profundamente enraizada em sistemas históricos e estruturais de opressão como o machismo, o patriarcado e o colonialismo (Barbano & Cruz, 2015; Melo, 2016; Melo & Lopes, 2023).

A marginalização do papel ocupacional materno de mulheres trans e travestis não pode ser compreendida de forma isolada; é um efeito direto desses sistemas hierárquicos e de opressão interligados. O machismo idealiza que apenas mulheres cisgênero seriam legítimas e obrigadas ao exercício da maternidade, enquanto o patriarcado estabelece estruturas de poder que subordinam corpos dissidentes e deslegitimam formas não normativas de cuidado e criação. O colonialismo, em sua faceta contemporânea, reforça ideologias eurocentradas de família nuclear, restringindo o reconhecimento social e

jurídico de experiências parentais fora da cisheteronormatividade. Esses sistemas se articulam e desautorizam projetos de vida, direitos reprodutivos, parentais e sociais fundamentais, além de vínculos afetivos e práticas maternas como ocupações de mulheres trans e travestis.

No que se interliga a essa demarcação dos corpos maternos, outro ponto debatido se debruça sobre a invalidação do desejo e da competência moral de mulheres trans e travestis no papel ocupacional materno. Nos discursos das colaboradoras, ganha-se destaque a atribuição social da mulher trans e travesti ao órgão genital, associadas aos impactos das violências. Como exemplo, Melissa aumenta o tom da voz, sendo mais incisiva na sua fala e pontua que:

Muita gente diria, como eu já escutei, que trans não deveria ser mãe, que ser mãe é coisa de quem tem útero (...) sempre viam isso como uma grande palhaçada. Trans não deveria ser mãe. Que trans deveria ser puta, eu não sou puta (Melissa).

Essa opressão perpetuada pelo corpo feminino produz idealizações e diretrizes naturalizadas ao sexo, sustentando a repressão de comportamentos de cunho sexual, entre esses, a maternidade. Exclui, também, todo e qualquer sujeito que não seja biologicamente capaz de gerar uma criança, limitando a figura materna ao gestar/parir (Matias & Barone, 2019).

A percepção de Jéssica, por exemplo, traduz a crueldade estruturada e sistemática que nega maternidades, prejudicando a “*todo aquele que foge da norma que é estabelecida para e do processo de maternidade*”. A colaboradora faz reflexões políticas e complementa acerca da ideia hegemônica cisgênera:

Antes de compreenderem a gente como mãe, é preciso compreenderem a gente enquanto mulher. E é um problema que a gente enfrenta que, na maioria das vezes, por conta das violências culturais, da transfobia, da travestifobia, se quer compreendem e reconhecem nossa identidade. Então, logo pode se pensar, se não estou falando de mulheres, como posso falar de maternidade? (...) Como pode alguém que não é mulher exercer uma maternidade? Se esse é um papel intrínseco ao gênero feminino (Jéssica).

É perceptível, também, no decorrer das falas de Melissa e Sol, que suas experiências estão imbricadas nos semelhantes limites sociais do binarismo supracitados, assim como Pandora, que ressalta: “a transfobia pontua o biológico”. Historicamente os movimentos transfeministas denunciam os violentos efeitos da transfobia e, podemos incluir aqui, da travestifobia, destacando a centralidade de desconstrução de gênero em corpos trans negados enquanto femininos ao nascer, assim, experienciando e modificando possibilidades e formas de “mulheridades” (Nascimento, 2021)⁴.

Corroborando o que foi relatado, Letícia Nascimento, pesquisadora brasileira e autora do livro ‘Transfeminismo’, constrói seus caminhos sobre as diversas formas da categoria mulher, a partir do questionamento “E não posso ser eu uma mulher?” (Nascimento, 2021, p. 20). Pensar em mulheridades, permite flexibilidade no papel de gênero feminino e configura-se como elemento politizador da existência de mulheres

⁴ O termo ‘mulheridades’ é assumido, neste artigo, como não sendo determinado pela genitália ou pelo sexo atribuído no nascimento, mas sim pela autoafirmação de gênero e pelas múltiplas formas do que se entende como ser mulher.

trans e travestis, debatido na sequência do capítulo “Mulheres transexuais e travestis: *the outsiders non sisters*”, no qual o termo *outsider* se refere à pessoa que é de fora, que não pertence, nesse caso, aquelas que são trans e travestis – análoga à categoria do Outro, inicialmente referente ao feminino, como posto por Beauvoir. As mulheres trans e travestis, a partir dos grifos da autora, são, portanto, o “Outro do Outro do Outro, uma imagem distante daquilo que é determinado normativamente na sociedade como homem e mulher” (Nascimento, 2021, p. 52).

Dessa forma, as barreiras estruturais de (in)viabilidades também são traçadas nas falas. Se ao longo da história, como discutido anteriormente, o papel ocupacional materno aparece (im)posto ou como imperativo e como condição para a feminilidade das mulheres, em outros momentos também vem a se apresentar como proibição ou silenciamento de um papel que mulheres trans e travestis são impedidas de ocupar, o que podemos entender como ‘esterilização simbólica’ da população (Angonese & Lago, 2018).

Cerca de dez anos atrás, as mulheres trans e travestis que tinham desejo de modificar o seu nome judicialmente tinham que passar por um processo de modificação da genitália ou prótese, para poder ser reconhecida como uma sujeita de direitos e de gênero feminino. E, para além de tudo, ter um acompanhamento psicológico, psiquiátrico, se submeter a um processo de terapia hormonal. Se essa travesti quer gerar a partir de ela mesmo, será que ela de fato tem um problema em relação a genitália dela ao ponto de submeter aquilo e, de repente, não gerar a partir dela um filho? (Sol).

A fala de Sol, que vem demarcada por diversas expressões corporais de inquietude, pode ser norteadora para reflexões acerca da violação à liberdade reprodutivas das mulheres trans e travestis e, também, remete diretamente ao termo posto acima. Sol continua seu raciocínio buscando fatos históricos para argumentar sobre o tema posto por ela mesma:

Os hormônios que nós somos submetidas são nada mais e nada menos que os contraceptivos que também são submetidos as mulheres cisgêneras, então se para as mulheres cis esses métodos contraceptivos em particular, esses hormônios injetáveis fazem mal, quem dirá para gente que não foi uma coisa pensada para o nosso corpo. Então eu penso muito isso sabe, a gente vem de um lugar onde a identidade foi posta em um lugar de negociação, teve e foi proposto um processo de higienização e ainda que tenhamos muitas conquistas, mas a gente também tem muitos contras, porque, sobretudo, traduz para gente algo que foi construído e submetido a partir de uma visão cisgênera (Sol).

A esterilização compulsória do processo transexualizador – na qual, muitas vezes, se assume um corpo social obrigatório e não de autoidentificação – e o simbólico, sendo uma barreira de cunho social que tudo que evade aos padrões de reprodução calcados na

cisnormatividade, coloca os desejos da população trans e travesti em um local em que a parentalidade é impensável (Angonese & Lago, 2018).

Barbano & Cruz (2015) argumentam que o machismo e o patriarcado internalizados influenciam profundamente os significados atribuídos às ocupações e, não apenas sustentam esses papéis, mas também dificultam a dissolução das normas ocupacionais tradicionais. Podemos, assim, refletir acerca do modo como mulheres trans e travestis constroem suas identidades maternas e percebem seu lugar social. Sendo, então, o desejo materno dessas mulheres emergente não apenas como uma vontade individual, mas como um posicionamento político e social de resistência às normativas excludentes de vivências ocupacionais.

Nas narrativas, é notório que a estrutura da sociedade limita o desejo materno dessas mulheres, de forma que não o impulsiona e se cria meios de ‘exaustão’ e ‘questionamentos’ sobre se é ‘passível e possível de existir’ (Sol). Na confluência produtora dessas delimitações, Jéssica, assim como Medusa e Malu, apontam a assistência médica, social e burocrática escassa, além do desgaste (no sentido mais amplo) de lidar com a violência transfóbica em todos esses ambientes.

Eu acho que é esse medo, que é construído, é construído de forma intencional, porque assim: não é só ‘eu’ dizer para você que você não pode ser mãe, é, além de eu dizer para você que você não pode ser mãe, eu criar formas de fazer você entender que ‘eu’ não quero que você seja (Jessica).

Nessa mesma perspectiva, foi observado que a sociedade tem um local de atuação e interferência na construção do desejo materno das colaboradoras, podendo se lançar de diferentes formas, seja, por uma vertente que atribui à mulher o papel obrigatório materno, como no caso de Regina, ou criando diversas barreiras para que esse papel não seja ocupado, como põem Melissa em tom de voz entristecido.

Influencia na medida que aos poucos ela vai colocando na cabeça da gente que a gente deveria ser mãe. Que a gente deve ter filhos. E se a gente não pode gerar, que é o meu caso, que você tem que adotar (Regina).

Me influenciou em desistir (...) entre várias e várias aspas, né, parafraseando a sociedade e não eu, ‘um traveco tem que se colocar em seu lugar e não tomar o lugar de mulheres de verdade’ (Melissa).

É na vivência cotidiana que os valores, ideias e concepções são construídos e experienciados de maneira concreta, possibilitando diferentes dinâmicas de acordo com o que se é apreendido (Melo & Lopes, 2023). É, também, por esses meios que a exposição à violência acaba compondo papéis e regula a forma que a vida é operacionalizada, tornando deslegitimadas as experiências que não se constroem a partir dos lugares centrais desta norma (Butler, 2000). Este eixo revela que o desejo ocupacional materno não é apenas um ato subjetivo, mas um gesto político, que confronta e desafia estruturas coloniais, patriarcais e cisnormativas. Reconhecer e legitimar esse desejo é também uma tarefa da terapia ocupacional, comprometida com a transformação das condições que produzem exclusões e violências simbólicas, institucionais, legais e materiais.

“Eu quero ser a mãe, eu quero ser a menina”: constituição e significados do desejo ocupacional materno

A primeira palavra que me vem na cabeça em relação a maternidade é responsabilidade, mas ela também tem a suas capilaridades. A responsabilidade também demanda afeto, demanda consciência do que você tá fazendo, do que você tá se propondo a fazer (...) para mim o processo de maternar é algo complexo, mas eu acho que é, acima de tudo, político. É responsabilidade e é política também (Sol).

Um dado em comum apontado pelas colaboradoras deste estudo diz respeito à afetividade e à formação de um sujeito sendo interligadas entre si e à constituição e significados do desejo de desempenhar o papel ocupacional materno. Esses significados aparecem, não apenas limitados a um momento da entrevista realizada, mas sim, durante todo o percurso e, até mesmo, nos diálogos estabelecidos antes e depois das gravações. Nesse sentido, foi identificado nas falas que entre as possíveis constituições e significados desse desejo, também atravessam o acolhimento, o cuidado e o carinho, conectados à responsabilidade.

Jéssica traz reflexões acerca “de o que seria maternidade para além dessa questão do laço afetivo ou sanguíneo?”. Para a colaboradora, a maternidade é um processo em que se propõe a contribuir para a formação de um outro sujeito, no qual há responsabilidade estreitamente direcionada à educação que transforma, “(...) educação que liberta. E quando a gente consegue exercer isso atrelado para além dessa coisa da educação básica e afins, com afeto, com amor, com carinho e com cuidado, eu acho que é isso que faz com que esse desejo grite”. Em complemento a esse ponto de vista, ao ser questionada sobre os significados do desejo materno em sua vida e como entende a maternidade, Pandora põe esperançosamente:

Se eu tiver a oportunidade de ter um filho ou uma filha, eu vou possibilitar ele uma educação para que ele seja livre pra fazer suas escolhas e que não tenha amarras que impeçam a seu pleno desenvolvimento, sabe, social, pessoal e afins (Pandora).

Podemos entender que as falas de Jéssica e Pandora remetem a uma perspectiva freiriana, quando o próprio autor, Freire (2019) destaca que, quando os sujeitos têm consciência da sua presença no e com o mundo, resgatam a humanidade e o direito à palavra, implicando gestos e relações dialógicas, que se configuram na inconclusão histórica do sujeito. O amor, derivado do diálogo, aparece como resultado de uma educação que cultiva a responsabilidade e a amorosidade; é, então, um ato de criação e recriação, um ato de valor, e, por isso, ‘ele é compromisso com os homens’ (e mulheres) (Freire, 2019, p. 111).

As colaboradoras relataram que existe uma relação entre desejo ocupacional materno e o desejo diretamente de formar uma família, como nos relata Regina. Ao encontro desse pensamento, Medusa refere que “sempre tive essa vontade de montar minha família, de ter a minha família”. Para elas, o amadurecimento, assim como o processo de transição de gênero são identificados como fatores influentes no desejo da construção familiar como significado materno.

Depois que eu transicionei e que eu comecei a namorar, o desejo começou a surgir a partir da relação que eu tive com outra pessoa, de ver que a outra pessoa também tinha o desejo de construir uma família e uma família comigo (Malu).

A fala de Malu se aproxima do discurso da transgressão – que pode ser coexistente ao discurso do pertencimento (sendo o primeiro o desejo de segurança e o segundo a representação da inserção na normativa hegemônica) –, posto por Trajano (2019) como a expressão do desejo de legitimação das suas experiências e diferenças estabelecidas pelas facetas binárias. A colaboradora, no que segue seu pensamento, coloca de maneira risonha:

Adotamos recentemente uma cachorrinha, eu acho que o primeiro passo é aqui. Não seria o ideal, mas acho que a maneira do cuidado, de olhar etc. de ter no cotidiano alguém além que precisa dos meus cuidados (Malu).

Observa-se, portanto, que há uma tensão entre a transgressão e o pertencimento que, ao mesmo tempo, fissa normas referentes ao pertencimento e reafirma o que difere a experiência de pessoas trans e travestis da experiência de pessoas cis na parentalidade.

Em contrapartida, algumas colaboradoras elencam a figura da própria mãe como influência na constituição e significados do desejo ocupacional materno. Isso pode ser justificado, porque, para Iaconelli (2019), a parentalidade é um lugar subjetivo daqueles que exercem sua função, produzindo laços filiais a partir do simbólico e da representação para o outro.

Minha mãe que foi a principal influência. – Regina.

Eu sempre tive como referência a minha mãe, porque eu acho que pelo fato da minha mãe também ter sido referência para boa parte do meu ciclo social, dos meus amigos (...). Porque eu sempre admirei a forma com a qual ela conseguiu criar a gente (a colaboradora e irmã) sozinha com tão pouco e a educação que ela conseguiu dar, o afeto que ela conseguiu dar. Então não vou dizer que tenho outra referência fora, por que não, é ela, a minha mãe. Sempre partiu da minha mãe (Medusa).

Jéssica conta que a partir da sua relação afetiva forte e estruturada com a mãe e a avó, foi compreendendo que havia o desejo próprio de vivenciar a maternidade. Mas essas influências maternas, para Jéssica, são ampliadas e ganham outros espaços para além do âmbito familiar. Foi quando a colaboradora teve a possibilidade de ingressar na graduação e ter contato com outras mulheres trans e travestis que ‘estavam exercendo a maternagem’, que percebeu que “era possível e que teria como conseguir fazer isso um dia também”. Assim, as influências maternas foram sendo construídas da seguinte forma: 1. ‘observando as mulheres que estavam em meu entorno’; 2. ‘compreendendo que mulheres iguais a mim conseguiam exercer essa função’ e 3. ‘quando eu comecei a conhecer essas mulheres pessoalmente’.

Para a população trans e travesti, os locais de convívio social e pertencentes a essa população, como expresso pelas colaboradoras, perpassam a condição existencial. Dessa forma, o grupo social já estabelecido é uma forma de proteção da violência perpetuada nos seus cotidianos, limitando, também, como percebido na fala de Jéssica, o acesso a outras experiências e ambientes (ou o adiamento). Assim, segundo Monzeli (2013), as vivências que dialogam com as ‘escolhas’ de circulação nos diferentes espaços necessitam de dinâmicas e regras nas quais essas mulheres, muitas vezes estigmatizadas, possam ser acolhidas e aceitas, possibilitando ou impossibilitando suas existências ou afastamento nesses locais.

Pandora, da mesma forma que Jéssica e conforme Monzeli (2013) aponta, teve, no que tange à sua história, ausências de modelos estruturantes na constituição dos significados do desejo ocupacional materno. Apenas após a transição de gênero, passou a perceber mulheridades que representassem o seu desejo, sendo, até então, o imaginário materno negado, no qual a colaboradora ‘não tinha acesso a essas informações’ além de ‘uma visão superficial nessas questões’. Assim, o desejo surgiu concomitantemente à ciência e identificação com mulheres travestis que exerciam (e exercem) o papel ocupacional materno.

Eu não conseguia enxergar a mulheridade cisgênera como espelho para essa perspectiva maternal, porque não era um par meu, de certa forma. Na mulheridade não, mas na questão da identidade. Eu fui me reconhecendo enquanto uma pessoa travesti e, naquela época, eu não via uma mulher travesti sendo mãe. Pelo menos eu não tinha acesso as essas informações antes da minha transição (Pandora).

Essa situação, assim como tantas outras trazidas ao longo do texto, é o reflexo do que dentro da terapia ocupacional podemos colocar como apartheid ocupacional. Hammell (2020) expõe que existe uma negação de oportunidades no engajamento ocupacional de diversos grupos. As ocupações dignas e significativas são sistematicamente restritas por desigualdades de classe, baseadas na raça, origem, idade, crenças políticas e religiosas, deficiências e no gênero.

Coloca-se, então, em destaque, o desfalque no acesso aos direitos, nas escolhas e identificações ocupacionais dessas pessoas, inclusive, em diferentes fases da vida. Malu, Pandora e Sol identificam que durante a infância apresentavam preferência por brincadeiras de ‘casinha’ e de ‘família’. Por vezes, como relata Malu, o papel materno era desenhado e assumido diante dessas organizações, entretanto a identificação enquanto mulher ainda, na infância, não era factível.

Eu era tida ali como uma criança viada, e, como toda criança viada que brinca de casinha, por exemplo, que brinca de família, eu sempre tinha aquele papel ali da mãe. ‘Ah então eu quero ser a mãe, eu quero ser a menina’. E isso, eu acho que é um momento bem singular na vida de pessoas trans, quando se tem a identidade negada desde pequena - inclusive desde pequena a gente tem esses indícios nas brincadeiras, e aí vai crescendo e vai aflorando. Então, eu acho que esse foi o primeiro momento que eu considero e que eu tive assim esse desejo, não digo esse desejo, mas

o lugar, esse papel de ser mãe, eu acho que ele era muito presente nisso, nas brincadeiras, na infância (Malu).

Por outro lado, se para algumas mulheres trans e travestis é aceitável a construção de uma possibilidade - através de caminhos escassos, raros e muitas vezes inválidos - desse papel materno na infância, para outras assumir essa posição é de valor particular e restrito, a ser compartilhado com ela mesma.

Nessa conjuntura eu sempre assumia a posição, não é literalmente da mãe, mas na infância né, que foi antes da transição, era atribuído o pai, mas que tinha responsabilidade de maior comando sabe? Naquele momento da brincadeira, que na minha perspectiva é a experiência da mãe, que é a mãe que tá sempre do lado ajudando o filho, fazendo as suas, tá ali pra poder apoiar na sua educação, na sua construção social. Mas naquele momento da infância, eu que era a pessoa que determinava os comandos, então ali eu me sentia a mãe de todo mundo, talvez naquele momento ali era onde existia uma possibilidade de ser mãe, sabe? (Pandora).

Nesse contexto, Sol percebe que o desejo materno também pode ser correlacionado à construção da própria identidade. A colaboradora relata que o desejo é uma memória presente, que perdurou por diversas fases de sua vida, mas que essa lembrança enquanto mulher ganha destaque inicialmente por volta da alfabetização.

Na infância era uma coisa que eu não consigo explicar exatamente, até hoje acho que eu também não consigo saber de onde parte, mas eu consigo minimamente explicar assim, me revisitando. Na infância, até porque tem a ver até com o meu nome 'Sol' (codinome nesse estudo), ali na infância acho que na época de alfabetização, eu já falava que eu queria ter duas crianças: eu nunca tinha pensado na criança que seria tida como menino, eu sempre pensei na criança como tida como menina e o nome que eu queria conceder à essa criança seria 'Sol'. E aí, inclusive quando eu transiciono, 6 anos atrás, eu escrevo um texto e falo que eu gestei e pari a mim mesma. 'Sol', no fim das contas, foi o nome que eu guardei comigo e acabei aflorando porque era sobre mim (Sol).

Embora os papéis ocupacionais sejam descritos como construídos por comportamentos, funções sociais e representações culturalmente adquiridas, a partir da ciência ocupacional crítica é possível compreender que essa construção não se dá de forma neutra ou meramente individual. Como argumentam Ramugondo (2015) e Galvaan (2015), as ocupações são permeadas por relações de poder que regulam, de forma sutil, quem pode acessar determinados papéis, naturalizando desigualdades e restringindo formas de participação.

Nesse contexto, a consciência política não atua apenas como um recurso individual, mas como um processo crítico que possibilita identificar como tais papéis são impostos,

legitimados ou negados, revelando a dimensão estrutural que orienta a ocupação e as identidades a ela vinculadas, conforme também tensiona Hammell (2020). Para mulheres trans e travestis, isso implica enfrentar a exclusão de modelos normativos de feminilidade e maternidade, que associam a capacidade de maternar a marcadores biológicos e à coerência cisgênera. Essa crítica emerge de forma concreta na fala de Jéssica, ao problematizar como a definição de “ser mulher” é moldada por papéis historicamente prescritos:

É até antiquada (a ideia) do que seria ser mulher por diversos papéis impressos que precisam ser seguidos, para que sejam validadas enquanto mulheres. Quando a gente começa a tensionar isso, tensionar essas bases que delimitam quais são papéis de mulheres, coisas que essas mulheres podem fazer ou ser, aí gente começa a evoluir, entendendo que existem outras possibilidades (Jéssica).

Em síntese, afirmar o desejo ocupacional materno, portanto, ultrapassa a esfera individual: é um gesto que questiona estruturas que historicamente negam a legitimidade de suas vivências e performances de gênero. Os relatos das colaboradoras nesse eixo temático revelam uma complexidade de constituição e dos significados do desejo ocupacional materno de mulheres trans e travestis. A afetividade, a contribuição na formação de outros sujeitos, o desejo de construção familiar, assim como as influências maternas, o desejo ao longo da trajetória e as múltiplas possibilidades maternas, são narrativas que, em conjunto, destacam as diversidades identitárias, as representações e oportunidades (e limitações) ocupacionais, constituindo uma prática que se inscreve como resistência às normatividades que organizam as vidas de mulheres trans e travestis.

“Esse processo tem que ser previamente planejado”: possíveis viabilidades na realização do desejo do papel ocupacional materno

Acerca do eixo temático de viabilidades da realização do desejo ocupacional materno de mulheres trans e travestis, encontra-se, na análise, entraves estruturais dos marcadores cisheteronormativos, econômicos, jurídicos e sociais. Apesar desses entraves, as narrativas apontam para algumas possibilidades viáveis de concretização desse desejo. Através das histórias, é possível entender que as maternagens acontecem em múltiplas formas: por meio dos cuidados com sobrinhos, crianças da vizinhança ou ainda pela maternidade via adoção, em que todas essas experiências se conectam com uma maternagem possível.

Nesse eixo temático, a primeira subdivisão trata do planejamento e da organização de vida para viabilizar a realização do desejo. Medusa, Jéssica, Melissa e Malu mencionam que a estabilidade financeira é ‘importante’ na construção desse processo materno. Apesar de, para algumas colaboradoras, o desejo de desempenhar a maternidade estar fortemente presente agora, o fator econômico das mulheres trans e travestis é um ponto crítico em suas difíceis realidades.

A gente (colaboradora e namorado) pensa muito em uma estabilidade financeira. Porque tanto eu quanto ele já viemos de um lugar de precarização, de falta de recurso, dessa precarização mesmo, dessa questão do dinheiro. Eu acho que a economia influencia muito no cuidado de qualquer pessoa e no de uma criança

que exige muito - é roupa, fralda, comida etc. tudo isso economicamente é muito caro. Então, eu penso exatamente nisso, de ter uma estabilidade financeira para que eu possa dar todo suporte que eu não tive na infância, na verdade não é que eu não tive, eu tive de uma forma bem precarizada. Eu quero dar uma escola boa, eu quero dar o direito dele comer o que ele quiser, se ele vai lá no mercado e pede um ‘Danone’ que eu tenha condições de dar pra ele um ‘Danone.’ (Malu).

Ao se tratar de grupos historicamente excluídos, concomitantemente trata-se da vulnerabilidade econômica que, para muito além da renda, precisa ser considerada como privação no acesso a direitos. Nos relatos das colaboradoras constituíram-se situações complexas de origem financeira, nas quais se interligam a escassez de oportunidades desde quando eram muitas novas, repercutindo ainda hoje no meio de trabalho e na estabilidade econômica. Melo & Lopes (2023, p. 15), explanam a relação entre as exclusões sociais e econômicas com a realidade das travestis. Assim, o meio da vulnerabilidade é local concreto onde a identidade é produzida, não como fruto da pobreza, mas como forma de expor que “entre todas as determinações que refletem na construção das identidades culturais dos sujeitos, a classe social – e, portanto, o contexto socioeconômico – é também central”.

A experiência de Malu revela, nas condições estruturais, a interseccionalidade. Nesse sentido, Davis (2016), a partir da obra *Mulheres, Raça e Classe*, nos oferece uma lente potente para compreender como a maternidade é historicamente construída e entrelaçada nos desafios raciais, de classe e de gênero. Davis denuncia como o ideal de maternidade – construído com base na mulher branca, burguesa e heterossexual – sistematicamente desumanizou as experiências maternas de mulheres negras escravizadas, em função dos interesses da economia escravagista e do controle estatal. Ao transpor essa análise para pensarmos as realidades enfrentadas por mulheres trans e travestis, podemos observar, paralelamente, que o exercício do papel ocupacional materno é uma categoria politicamente regulatória. Tal como, para apenas um grupo hierárquico foi plausível ser ‘mães legítimas’ no passado, hoje, nas políticas contemporâneas que vigiam os modos de maternar, mulheres trans e travestis ocupam o outro lugar da exclusão simbólica.

Collins (2019), avança ao discutir a maternidade como uma ‘prática política’ entre mulheres negras que desempenham maternidades coletivas e comunitárias, compartilhando responsabilidades e apresentando uma resposta coletiva às condições de vulnerabilidade em contextos de violência e exclusão do racismo estrutural. Compreender a construção das maternidades trans e travestis é, também, a reconfiguração dos ditos e afirmativos e dos papéis sociais. Esses arranjos ampliam, simultaneamente, a noção da maternidade para além da limitante lógica da filiação biológica.

Na coleta de dados, foram abordados, também, os métodos possíveis e existentes como meio de concretizar o desejo ocupacional materno. O processo de adoção foi o meio mais mencionado entre as colaboradoras, identificado como a ‘prioridade’ e o ‘apreço’ (Medusa).

(...) no processo de construção de uma pessoa que já está aqui no mundo e por algum motivo se encontra em uma situação de vulnerabilidade ou não teve

acesso a isso que a gente entende minimamente como família (Jéssica).

No contexto brasileiro, o processo de adoção ocorre, formalmente, por intermédio do Estado, através do Poder Judiciário e do Ministério Público para se concretizar. Apesar de, em nosso cenário político, forças conservadoras terem ameaçado os direitos conquistados pela população LGBTQIA+ nos últimos anos, é possível perceber uma crescente luta por avanços no campo dos direitos humanos, visando assegurar os direitos da população. Da mesma forma, o desempenho do papel parental da população trans e travesti é posto em constante questionamento diante de estigmas cisheteronormativos que estruturam as políticas públicas e os serviços sociais. Criam-se obstáculos formais e informais para que essa população tenha o direito de cuidar reconhecido e, mesmo diante de possibilidades legais de adoção, o percurso é atravessado por processos de exclusão institucional e discriminação moral, tornando a adoção ainda mais difícil de ser concretizada – contudo, possível (Trajano, 2019).

Teixeira (2021) propõe reflexões acerca de dilemas e expectativas existentes na dicotomia e na intersecção entre gênero e as outras estruturas sociais. Ao propor vivências maternas por pessoas que não performam os estereótipos binários, é possível visualizar com clareza que a negação de direitos reprodutivos – sejam esses por fatores legais, afetivos ou simbólicos – não é um acidente, mas um efeito provocado e direto das interdependências entre machismo, cisnormatividade, transfobia e capitalismo. Logo, a própria possibilidade de criar crianças fora da binaridade expõe resistências institucionais que marcam a parentalidade como o que a autora explana como territórios de subversão.

A crítica interseccional de Davis (2016), pode ser incorporada à marginalização reprodutiva das mulheres deste estudo, articulada com os dispositivos de exclusão. Quando mulheres trans e travestis reivindicam o direito à maternidade, ao cuidado ou à agência sobre o próprio corpo e afetos, rompem com o modelo hegemônico de família, sendo esse, entre outros, o que determina quem pode ser reconhecida como mãe. Para mulheres trans e travestis, as alternativas reprodutivas, a adoção e as diversas formas de assumir o papel ocupacional materno podem surgir à luz da construção histórica das formas de cuidados e criação coletiva. “É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, diz o provérbio africano (contemporaneamente utilizado pela Psicanálise, na figura da Vera Iaconelli e de outros), que pode ser compreendido sob as lentes de que o processo acolhedor e educativo de uma criança é, e precisa ser, influenciado por diversos fatores e pessoas (família nuclear e estendida, amigos, professores, comunidade). Lógica esta, oposta à do capitalismo e patriarcado, que restringem o cuidado à família nuclear, especialmente centrado na figura materna, pondo sobre a mulher, idealmente aceita como cisgênero, o peso meritocrático de eficácia do desempenho e, conseqüentemente, o peso da culpa associada às percepções e sentimentos de autoeficácia. O que é posto e debatido não se restringe à capacidade de gerar, mas a desnaturalizar e subverter os moldes tradicionais de amar, cuidar e pertencer nas múltiplas formas de existências maternas.

A adoção é, entre outras possibilidades, uma escolha para algumas mulheres trans e travestis desempenharem o papel ocupacional materno, já para outras é o único meio disponível diante do processo de redesignação sexual e, como debatido anteriormente, diante das terapias hormonais que podem e muitas vezes causam infertilidade. A procura por tecnologias de reprodução assistida ainda não ganha palco dado o alto custo financeiro (Trajano, 2019), dessa forma, a alternativa e tentativa pela reprodução biológica é cogitada e posta em prática pelas colaboradoras:

É uma possibilidade a fertilização in vitro, a adoção, mas acho que na minha ótica é mais na relação sexual. A adoção também é uma possibilidade. Mas, por estar nessa relação transcultural, onde esse homem trans se dispõe a gerar um filho - porque vale a ressalva também que nem toda relação de casal transculturalado, o homem trans está disposto a gerar né ou ter interesse, mas na minha isso é uma conversa muito bem fechadinha. É nessa ótica que eu posso pensar a possibilidade familiar, entende? Na relação sexual para gerar o filho e tudo mais, mas não descarto as outras (Pandora).

Sob a ótica das políticas públicas, o exercício dos direitos sexuais, reprodutivos e de natalidade de pessoas trans ainda se depara com um sistema que exerce controle sobre os modos de vida por meio de discursos e práticas coerentes ao modelo biomédico hegemônico, mesmo em espaço que buscam contrapor a transfobia institucional. O acesso a tecnologias reprodutivas, como a fertilização *in vitro*, permanece distante diante do despreparo institucional em reconhecer, acolher e legitimar as demandas e possibilidades concretas da parentalidade trans (Avelino et al., 2025). Essa complexidade aparece de maneira sensível na fala de Sol:

Em relação aos meios, as formas de gerar essa criança, na minha cabeça até então só existem duas formas. Barriga de aluguel para o nosso país não é possível, acho que é até crime, mas para mim tá distante. Fertilização in vitro também muito distante, porque é muito caro. Mas gerar de forma orgânica, digamos assim né, ter um processo ali que alguém gere uma criança biologicamente minha, é um meio tradicional entre duas pessoas que tem genitálias opostas. Isso para mim sempre foi algo que seria possível assim e, por outro lado, seria a adoção. São os dois meios que eu penso: biologicamente ou via adoção (Sol).

Quando Sol aponta que a fertilização *in vitro* está “muito distante” por ser “muito cara”, revela profundamente as barreiras econômicas e institucionais ao acesso às tecnologias reprodutivas, nas quais o desejo ocupacional materno de mulheres trans e travestis segue sendo um ato de resistência. Hooks (2017) nos convida a refletir acerca do amor – entendido como compromisso, libertação mútua das lógicas de dominação e reconhecimento do outro como legítimo – como prática de liberdade, especialmente quando praticados por sujeitos historicamente marginalizados. Desvinculada das expectativas normativas, a experiência do amor materno desejado por mulheres trans e travestis está, muitas vezes, para além da dimensão biológica, como prática política, na adoção, nas maternagens coletivas, na criação de vínculos afetivos e na expressão da liberdade de ser.

As possíveis viabilidades no desejo do desempenho ocupacional materno são atravessadas por efeitos mais diretos das normas cisheteronormativas, não só pela deslegitimação de mulheres trans e travestis nesse papel, mas por meio de modelos rígidos que predispoem instabilidades socioeconômicas, como afastam a coexistência de

diversas configurações e arranjos familiares na sociedade. Não existe um modelo único e ideal de família, mas existem e são colocados à toda prova, obstáculos para a realização do desejo ocupacional materno de mulheres que fogem à norma.

Considerações Finais

Em suma, buscamos abordar ao longo do texto as perspectivas e trajetórias da constituição e significados do desejo ocupacional materno de mulheres trans e travestis. Ao trilhar caminhos não hegemônicos, as colaboradoras e outros grupos desafiavam as estruturas que negam suas maternidades, enfrentando, como abordado, processos que as invalidam como mães e como mulheres.

Acerca das limitações, é notório a presença de falas que retratam violências em diferentes momentos do texto, o que pode ser justificado por fatores relacionados à complexidade das experiências das mulheres trans e travestis, mas que não sendo a temática central do artigo, mesmo que se entrelace com as narrativas sobre o desejo ocupacional materno, não foi possível ser amplamente abordada. Para tal, necessitaríamos balizar cenários e problematizações em uma perspectiva crítica diante das dimensões sociais e dos marcadores sociais vivenciados.

Outro ponto que não se estende diante da temática é a necessidade de descolonizar saberes, especialmente na área da saúde, aparecendo como passo crucial para a compreensão da maternidade que transcende e não se restringe socialmente à ligação biológica entre mãe e filho(a).

A pesquisa, ao proporcionar um espaço de reflexão, assumiu como instrumento valioso para que mulheres trans e travestis resgatassem e reconhecessem seus desejos, permitindo a reconciliação com partes que foram negadas. A reflexão sobre o papel ocupacional materno, de maneira autêntica e inclusiva, é o início da busca pela superação de barreiras impostas pela sociedade cisheteronormativa. Portanto, a ação terapêutica ocupacional pode ser assumida na promoção e emancipação do papel ocupacional materno, direcionando, lidando e transformando narrativas moldadas de forma desigual e violada.

Por fim, esse estudo assume-se como ato político e tem como finalidade reverberar as vozes das colaboradoras para que elas mesmas possam contar as próprias histórias de vida, reconhecendo-se nas trajetórias e construções do papel ocupacional materno.

Agradecimentos

Às colaboradoras da pesquisa, por tanta generosidade e compartilhamento.

Referências

- Ambrosio, L. (2020). *Raça, gênero e sexualidade: uma perspectiva da Terapia Ocupacional para as corporeidades dos jovens periféricos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Recuperado em 20 de novembro de 2025, de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12374>
- Andrade, F. L. (2015). Formação técnica e científica em terapia ocupacional - uma perspectiva feminista. In *Anais do VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade* (pp. 124-141). Rio de Janeiro: UFRJ.
- Angonese, M., & Lago, M. C. S. (2018). Família e experiências de parentalidades trans. *Revista de Ciências Humanas (Florianópolis)*, 52, 1-18. <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2018.e57007>.

- Aravena-Arroyo, S., Contreras-Briones, J. P., & Palacios-Tolvett, M. (2019). Desviadxs: personas trans y sus discursos respecto a ocupaciones. *Revista Ocupación Humana*, 19(1), 6-21. <https://doi.org/10.25214/25907816.270>.
- Avelino, M. M. L., Solano, L. C., Ceccim, R. B., & Pessoa Junior, J. M. (2025). Transmasculinidades, gestação e acolhimento na rede de saúde. *Interface (Botucatu)*, 29(1), 1-18. <https://doi.org/10.1590/interface.240382>.
- Barbano, L., & Cruz, D. M. C. (2015). Machismo, Patriarcalismo, Moral e a dissolução dos papéis ocupacionais. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social - REFASC*, 3(Supl 1), 159-165.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bento, B. (2006). *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In G. L. Louro (Org.), *Pedagogias da sexualidade* (pp. 110-127). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2014). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (J. P. Dias, Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Correia, R. L., Corrêa, M., Pedro, R., Lendgren, Y., Nascimento, W., & Siqueira, I. (2020). Velhices dissidentes de gêneros e sexualidades: as ocupações coletivas frente a pandemia Covid-19. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional – REVISBRATO*, 4(3), 460-487.
- Costa, M. S., Oliveira, M. M. A., Melo, K. M. M., & Menta, S. A. (2022). Ambulatório trans: perfil dos/as usuários/as e demandas para a terapia ocupacional. *Research, Society and Development*, 11(6), 1-12.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. Candiani, Trad.). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Delgado, L. A. N. (2006). *História oral - Memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Foucault, M. (2010). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra.
- Galvaan, R. (2015). Occupational choice: the significance of socio-economic and political factors. *Journal of Occupational Science*, 22(1), 108-119. <https://doi.org/10.1080/14427591.2014.882250>.
- Gómez-Antilef, B. F., Heise-Barrera, C. A., Muñoz-Vidal, G. A., Velásquez-Bórquez, G. E., Verdugo-Álvarez, V. N., & Carrasco-Madariaga, J. S. (2020). Construcción de subjetividad trans a partir de la ocupación entendida como hacer, ser y llegar a ser. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(2), 419-435. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1960>.
- Gozzi, A. P. N. F., Ogata, M. N., & Carretta, R. Y. D. (2016). Considerações sobre o feminino na terapia ocupacional: a produção de conhecimento na história da profissão. In *Anais das Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia*. Curitiba: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- Hammell, K. W. (2020). Action on the social determinants of health: advancing occupational equity and occupational rights. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 352-373. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF2052>.
- Hooks, B. (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Iaconelli, V. (2019). *Criar filhos no século XXI*. São Paulo: Editora Contexto.
- Leite Junior, J. D., & Lopes, R. E. (2017). Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais. *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 25(3), 481-496. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1060>.
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Revista Pro-posições*, 19(2), 17-23.

- Matias, A. G. T., & Barone, M. A. (2019). Notas tecnopolíticas e (trans)feministas para (re) inventar maternidades. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(2), 178-196. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2019.6.9960>.
- Meihy, J. C. S. B., & Holanda, F. (2020). *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto.
- Melo, K. M. M. (2016). Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer: (re)pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 24(1), 215-223. <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoARF0645>.
- Melo, K. M. M., & Lopes, R. E. (2023). Modos de vida, experiências trans e enfrentamentos: considerações para a ação técnica em terapia ocupacional social. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31(spe), 1-23.
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Monzeli, G. A. (2013). *Em casa, na pista ou na escola é tanto babado: espaços de sociabilidade de jovens travestis* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Recuperado em 20 de novembro de 2025, de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6866>
- Morrison, R., & Araya, L. (2018). Feminismo(s) y terapia ocupacional. Preguntas y reflexiones. *Revista Argentina de Terapia Ocupacional*, (2), 60-72.
- Nascimento, L. C. P. (2021). *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra.
- Ramugondo, E. L. (2015). Occupational consciousness. *Journal of Occupational Science*, 22(4), 488-501. PMID:26549984. <https://doi.org/10.1080/14427591.2015.1042516>.
- Sarmiento, B. M., Jara, R. M., Cáceres, D. P., & Reyes, B. R. (2018). Percepción de la construcción de género en estudiantes de terapia ocupacional: una aproximación al género en la vida cotidiana. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(1), 163-175. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1124>.
- Silva, C.R., Morrison, R., Calle, Y., & Kronenberg, F. (2019). Terapias Ocupacionais do Sul: demandas atuais a partir de uma perspectiva socio-histórica. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO*, 3(2), 172-178.
- Teixeira, A. (2021). Maternidades subversivas: interlocuções entre direito do trabalho e vivências queer. *Revista Teoria Jurídica Contemporânea*, 6(1), 1-20.
- Trajan, M. (2019). *Entre a cruz e a espada: experiências de parentalidade de homens e mulheres trans em contextos cisheteronormativos* (Dissertação de mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Vieira, M. M. C. D., & Moreira, A.C. G. (2020). Ideais culturais e o tornar-se mulher: a cultura na constituição da feminilidade. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 12(1), 14-28. <https://doi.org/10.18379/2176-4891.2020v1p.14>.
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), 123-147. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200006>.

Contribuição das autoras

Maria Luisa de Sá Peregrino Arrais é a autora principal deste estudo, que é fruto de seu trabalho de conclusão de residência multiprofissional em Saúde da Mulher, sob a orientação de Cíntia de Oliveira Castelo Branco Sales. Maria Luisa de Sá Peregrino Arrais foi responsável pela coleta, organização e análise dos dados e pela redação do manuscrito. Cíntia de Oliveira Castelo Branco Sales e Caroline Cavalcante Vidal contribuíram para a redação e a revisão final do texto. Gersiane Tereza Maria Silva Ferreira e Thaislane Costa dos Santos contribuíram para a redação do texto. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Disponibilidade de Dados

Os dados que sustentam os resultados deste estudo estão disponíveis com a autora correspondente mediante solicitação.

Autora para correspondência

Maria Luisa de Sá Peregrino Arrais

e-mail: mluisadesa@gmail.com

Editora de seção

Profa. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba